

## AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail [recursoscontinuos@dirbi.ufu.br](mailto:recursoscontinuos@dirbi.ufu.br).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**HISTÓRIA E CIVISMO: O ENSINO DE MORAL E CÍVICA NA  
DITADURA MILITAR (1964-1985)**

**Jéssica Rafaela Sousa Castro**

**UBERLÂNDIA – MG  
DEZEMBRO/2015**

**JÉSSICA RAFAELA SOUSA CASTRO**

**HISTÓRIA E CIVISMO: O ENSINO DE MORAL E CÍVICA NA  
DITADURA MILITAR (1964-1985)**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de História – Licenciatura e Bacharelado, da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais.

**UBERLÂNDIA – MG**

**2015**

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Elidiane Silva Ferreira

---

Prof. Fabiano Silva Santana

---

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais  
(Orientador)

Trabalho a ser defendido como  
obtenção de nota com a  
finalidade de receber título de  
Graduação em História,  
orientado pelo professor Dr.  
Sérgio Paulo Morais, na  
Universidade Federal de  
Uberlândia.

## RESUMO

Tal trabalho analisou livros didáticos e pesquisas orais, para tentar melhor compreender o Ensino de História durante a ditadura militar. Essa pesquisa tem por base leituras, análises de livros e entrevistas com alunos e professores daquela época, o que possibilita tentar compreender de forma ampla e objetiva o que tais transformações provocaram no âmbito educacional nacional. Tenho como objetivo compreender o objetivo da disciplina Educação Moral e Cívica, e compreender o papel professor e do processo educacional histórico e as varias maneiras que a ideia de tal disciplina foi absorvida.

Palavras-Chave: Ensino – História – Civismo – Ditadura - Brasil

## SUMÁRIO

Agradecimentos _____	6
Apresentação _____	7
CAPÍTULO 1: O Ensino de História – A Educação Moral e Cívica durante a Ditadura Militar. _____	8
1.1 Discussão Moral e Cívica na produção de recursos Didáticos. _____	14
CAPÍTULO 2: Memórias da Educação Moral e Cívica. _____	09
Bibliografia. _____	34
Anexo 1 _____	39
Anexo 2 _____	42
Anexo 3 _____	43

## AGRADECIMENTOS.

Agradeço a Deus primeiramente por ter me dado forças para chegar até aqui, mesmo nas horas de desespero e na vontade de abandonar tudo.

Agradeço a minha mãe em especial, que além de ter me inspirado nela, sendo professora de História, me transmitindo paixão por aquilo que se faz, ela também foi meu alicerce, minha incentivadora, e jamais me abandonou, mesmo nas horas mais turbulentas. Fui guerreira até aqui por ela e por meus irmãos. Só temos a nós 4, mas somos fortes por isso.

Agradeço aos meus irmãos Bruna e João Victor, por sempre estarem ao meu lado quando mais precisei mesmo nos momentos mais estressante que passe si até chegar aqui. Quero ser um exemplo para vocês.

Agradeço ao meu companheiro Bruno, que me deu forças para concluir essa etapa da minha vida, sempre estando ao meu lado, me apoiando e me motivando a sempre ser uma pessoa melhor.

Agradeço ao meu mestre e orientador, Sérgio Paulo, que jamais me abandonou, sempre me motivando, sendo paciente quando ninguém mais era, me ensinado sempre a ser melhor e mais compreensível e questionadora.

Agradeço aos mestres que passaram em minha vida, por me proporcionar conhecimentos que jamais pensei em ter um dia. Obrigada por me ensinarem a ser quem sou.

Agradeço aos meus colegas da 37<sup>a</sup> turma, em especial a Cristiane, Geane e Saulo, que levarei comigo aonde quer que eu esteja. Obrigada pela motivação, pelas brigas, pelo apoio e por aceitarem assim como sou.

Apreendi muito com todos. Deixo aqui meu agradecimento, pois com cada um de vocês aprendi que posso vencer obstáculos e ser uma pessoa melhor.



## APRESENTAÇÃO

A monografia aqui apresentada tem como enfoque a análise e compreensão do período militar brasileiro (1964-1989) e como tal regime influenciou na sociedade brasileira e também no âmbito educacional. Para compreender melhor tais modificações buscamos analisar livros didáticos daquele momento para que pudéssemos entrar no mundo educacional vigente e buscar compreender a maneira que era vista tanto pelo governo, como pelos professores e alunos. Divida em dois capítulos, o 1º será possível analisar a prática educacional do ensino de História e suas modificações durante o processo ditatorial do Brasil e o 2º será possível reviver e compreender por meio de memórias dos envolvidos o que eles lembram qual a importância que esse período teve em suas vidas.

O regime militar brasileiro ocorreu no de 1964 e permaneceu até 1985. Sobre a data de início, existem divergências entre os próprios estudiosos, onde algum afirma que ocorreu no dia na passagem do dia 31 de março de 1964 e outro defende a idéia que ocorreu em 01 de abril de 1964. Sobre data final, não foi possível afirmar uma data oficial, pois se entende que foi um processo gradativo e de transição ao final de 85 para o governo democrático.

Esse período foi implantado após a renúncia de João Goulart, se vendo pressionado pelas forças armadas, se afasta do cargo se exilando. Foram vários os fatores que levaram João Goulart a renúncia, dentre eles: pressão dos adversários políticos internos e externos, como os EUA, que consideravam o Brasil vulnerável a ameaça constante do comunismo, e temiam a invasão de suas idéias no âmbito nacional. Como a oposição era formada em sua maioria por militares do exército, marinha e aeronáutica, contribui para que tomasse a decisão de anunciar sua renúncia. Com isso, os militares organizam o golpe de estado, e concretizam após o exílio de João Goulart.

O primeiro presidente na era militar no país, foi Castello Branco, onde tinha o desejo de contribuir para as melhoras no Brasil em todos os setores, afastando e combatendo de todos os modos e formas, as idéias subversivas que amedrontavam e

aterrorizavam o país.

Nesse mandato, reformulada a constituição de 1967, que dispõe dos direitos e deveres dos governantes do período militar, protegendo e afirmando as esferas que os militares poderiam agir.

Em 1968 é instituído o AI-5, Ato Institucional de nº 5, sendo considerados por muitos, um dos períodos mais negros e presos da história do Brasil. Nesse momento a censura afetava qualquer tipo de expressão, em vários âmbitos, seja educacional, mídia e imprensa.

Em 1969, é instituído nas esferas escolares, a disciplina de Educação Moral e Cívica, ou EMC, que tinha como objetivo, “ensinar” o aluno a ser um cidadão de bem, obedecendo à ordem e buscando o bem comum de todos. É nesse momento também que a educação passa por vários tipos de transformações, acarretando e falta de liberdade do professor, alienação dos educados e falta de dialogo entre governantes-professor-aluno.

Em meados dos anos 70, o general Médici, implantou o chamado “Anos de Chumbo”, sendo afirmado por muitos, os anos mais duros que o país enfrentou na ditadura. Tudo era levado a “ferro e a fogo”, não deixando passar nenhum fato considerado perigoso, despercebido pelos militares. Nesse governo também ocorreu o chamado “milagre econômico”, que de milagre não tinha nada, pois a economia brasileira sofreu um grande impacto negativo, ficando estagnada, a ponto de um colapso.

Geisel em meados de 1980 começa então a demonstrar os primeiros passos para a redemocratização, exigindo o AI-5, e concedendo anistia aqueles exilados políticos.

Já no governo Figueiredo, em 1985, se dá o início do processo de democratização e dando fortes indícios que o período militar brasileiro estaria com os dias contados. A partir daí, começa um processo que permeia até os dias de hoje, instaurando a democracia.

Afinal, por que trabalhar com história oral? Porque sabemos que é a partir dela que podemos buscar compreender melhor tais acontecimentos, de uma forma que até então não foi oficializada, ou que não tinha tido acesso a tais informações. Sem contar que a história

oral nos possibilita um emaranhado de visões distintas, para um mesmo acontecimento, seja ele qual for. Isso tudo porque, jamais uma mesma situação acontecerá de forma igualitária a todos. Cada um irá receber tais informações de forma distinta, processando-as de acordo com suas emoções, e de acordo com o impacto que ela exerce sobre determinado sujeito.

O historiador Jaques Le Goff, defende a que a memória e a história oral tem como um objetivo de preservar memórias, vestígios de acontecimentos passados marcantes, informações detalhadas e principalmente sua individualidade sobre determinado fato.(LE GOFF, 1993)

A memória no caso pode ser dividida em duas vertentes: coletiva e individual, mas se assim podemos dizer de acordo com Le Goff, a memória individual está sempre ligada a uma memória coletiva, pois não somos ainda capazes de separar somente nossas lembranças, sem nos recordar de algo ligado a opiniões de grupos de indivíduos que compartilharam da mesma experiência.

Contudo, devemos tomar cuidado da história oral, pois o que sabemos é que ela, ao mesmo tempo que nos possibilita lembrar fatos isolados ou traumáticos, ela pode ou poderá sofrer alguma manipulação de acordo com a intensidade de nossas emoções, por exemplo ao ser entrevistado.

Além de estar carregada de emoções, a história oral está arraigada em si, de vários significados que podem levar o relato para outro momento. Isso se deve ao fato de que cada relato é pessoal e impossível de ser o mesmo., podendo sempre ser alterado, mesmo que seja lembrado pela mesma pessoa.

Portelli na pesquisa “O que faz a história oral diferente. 1997” e Pollack na obra “Memória, Esquecimento, Silêncio. 2009” ambos concordam com tal importância sobre significado no processo da história oral, já que mesmo o entrevistador sendo uma pessoa "parcial", o entrevistado carrega em si cargas emocionais, complexas e cheias de detalhes que devem ser exploradas ao máximo.

A metodologia utilizada no primeiro capítulo se baseou na pesquisa de fontes como

livro didático , levando em conta, considerações de autores e de viventes desse momento, procurando utilizar de uma forma imparcial, questões que nos levassem a reflexões sobre o ensino daquela época, e como as severas e repentinas mudanças no sistema educacional da época, impactou no ensino de história daquele momento. O livro nos leva a refletir, como eram as aulas aquele momento, os caminhos que o professor tinha ao seu alcance mesmo com tantas objeções para continuar seu trabalho.

Já no segundo capítulo, baseou-se na pesquisa bibliográfica sobre história oral, relacionado a questão da memória e o principal, nas discussões e entrevistas realizadas com diferentes pessoas e grupos que vivenciaram aquele momento, nos levando a refletir, como foi viver em uma época que foi marcante na história do país. Podemos perceber os sentimentos em cada um deles, sendo os mais extintos um dos outros. Trabalhar com história oral requer caminhos cuidadosos, mas que nos possibilita, acesso a narrações únicas, que jamais serão as mesmas, mesmo sendo produzidas pelas mesmas pessoas. Uma narrativa nunca será igual a outra.

## CAPITULO 1

### ENSINO DE HISTÓRIA - A EDUCAÇÃO MORAL E CIVICA DURANTE O REGIME MILITAR BRASILEIRO.

Primeiramente para compreendermos o que estamos estudando, é necessário buscar uma forma mais didática para o significado da palavra ditadura. Afinal, o que é ditadura? O que isso significa? A definição e o conceito de ditadura podem ser encontrados de formas diferentes, dentre:

Substantivo feminino. 1- governo autoritário exercido por uma pessoa ou por um grupo de pessoas, com supremacia do poder executivo, e em que se suprimem ou restringem os direitos individuais. 2- Estado, nação em que vigora esse tipo de governo. (

O movimento militar que iniciou em 1964 durou 21 anos, tendo seu termino em 1985. Nesse período tal movimento provocou profundas transformações em vários cenários, dentre eles político, econômico, cultural e educacional.

João Goulart até então presidente do Brasil em 1964, foi deposto pela junta militar brasileira formada pelo exército, marinha e aeronáutica, entendendo que Jango não conseguia mais manter a “ordem” no Brasil, assumindo assim Marechal Castelo Branco. (CASTRO. 2014.). Tal movimento quando visto pela classe dominante na maioria das leituras, era perceptível seu apoio em relação às idéias e projetos que a junta militar governista propunha. Já para as classes média e baixa, ambas eram extremamente contrarias aos atos do governo, provocando pequenas revoltas civis, greves, motins, dentre outros, onde percebiam o desejo do governo em "impor" a ordem nos pais novamente.

Dentre as várias modificações que a junta militar provocou, o campo educacional se

viu extremamente limitado. Essas transformações se deram a partir de uma comissão que tinha como objetivo elaborar novas técnicas e procedimentos para que na visão do governo, o estudante passasse a exercer um papel contundente nas melhorias nos pais.

O ensino de história foi implantado desde que os jesuítas em 1549 chegaram ao Brasil para catequizarem e ensinarem aos nativos brasileiros as formas de escritas e leitura. Somente em 1837 o Colégio Pedro II, implantou como disciplina obrigatória de sua grade educacional, e também como marco importante foi fundado o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Em meados de 1934, foi criado o primeiro curso de História de modo superior na USP. Em 1957 a disciplina de história passa por grandes modificações o que fez com que a mesma perdesse sua legitimidade e importância naquele momento. (PATEZ, 2013. p 02)

A legislação brasileira no campo educacional é regida pelas LDB'S (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que tem como objetivo de organizar e formular a educação brasileira; e pelos PCN's, (Parâmetros Curriculares Nacionais) que tem como objetivo de elaborar, criar, recriar, conceitos levando em consideração a sua regional idade e individualidade. Em anexo a integra de tais leis. (ANEXO I)

A LDB de 1961 foi modificada no auge do governo militar em 1971 que tinha como principal mudança a separação entre as disciplinas de História/Geografia e passaram a constituir os chamados Estudos Sociais. Assim, "o ensino de história perdeu especificidades e passou a ter conteúdo controlado pelos militares" (FONSECA, 2009. p 20)

A disciplina de Moral e Cívica compõe junto com as disciplinas de OSPB, História e Geografia e Ensino Religioso, a chamada Ciências Sociais. Essa disciplina foi considerada uma forma de integrar práticas educacionais em uma matéria só.

Os estudos sociais buscavam como o próprio nome nos diz resgatar o convívio social individual e plural, usando a convivência democrática. Vale ressaltar que isso é na mão da junta governista militar.

De acordo com a LDB de 1961, os Estudos Sociais eram obrigatórios nos anos

iniciais e facultativos no ensino médio. Para Selva Guimarães Fonseca<sup>1</sup>, a metodologia dessas disciplinas deve seguir parâmetros de exemplo dos Estados Unidos. Para Selva, os Estudos Sociais foram se perdendo ao longo do tempo devido as "mudanças no ensino da área de humanas. As mudanças e criações de disciplina criadas com o objetivo de despertar o senso cívico e patriótico como o da Educação Moral e Cívica, despertou opiniões contundentes quanto a crítica sobre elas. Selva Guimarães Fonseca, é uma dos autores que criticas tais modificações.

"Para que tantas mudanças no campo das ciências humanas? A história poder uma disciplina formativa, que lida com a realidade social, é certamente alvo do poder político nas diversas sociedades, sobretudo nas sociedades não democráticas." (FONSECA, 2009, p.10)

Podemos então afirmar que tais disciplinas: História e Geografia que posteriormente unificaram e se tornaram "Estudos Sociais" e Educação Moral e Cívica, tinha como objetivo principal, implantar por meio do saber, a obrigatoriedade de noções e comportamentos cívicos e correntes, sem demonstrar alguma forma de poder, que estaria sendo exercido.

Devido a isso, foram criadas disciplinas com o objetivo de legitimar o ensino de acordo com os interesses do governo, dando origem a várias disciplinas dentre elas Educação Moral e Cívica e a OSPB (Organização Social e Política Brasileira), que na visão governista tinha um dos principais objetivos de reafirmar e legitimar o patriotismo que havia se perdido no ensino.

Além da Educação Moral e Cívica, a disciplina de OSPB também desempenhou importante papel na educação brasileira daquele momento.

Criada em 1962, a OSPB tinha como objetivo de auxiliar o aluno a compreender uma análise crítica da realidade sobre determinado fato. Era ensinado ao aluno de OSPB conceitos sobre a organização política dos países, tais como: papéis das diferentes esferas administrativas dos países, ex: dever do presidente, vice-presidente,

governadores, deputados, prefeitos, vereadores, dentre outros, que eram responsáveis pelo bom andamento político do país. Além disso, também tinha “acesso” a noções jurídicas (direitos e deveres dos cidadãos) e noções “realistas” sobre acontecimentos políticos. Contudo, o enfoque aqui deste trabalho é a disciplina de Educação Moral e Cívica.

Criada ainda no governo de Jânio Quadros, a Educação Moral e cívica não possuía caráter obrigatório, sendo assim dando alguma “autonomia” aos professores de trabalharem os ideais de civismo e patriotismo dentre outros aspectos de forma a serem um pouco mais amplas. É possível perceber isso no Art.2 do Decreto nº 50.505 de 26 de Abril de 1961, onde afirmava que: *"Art.2º - As atividades escolares de natureza moral e cívica compreenderão entre outras de caráter facultativo."* (ANEXO I).

Foi só então após o golpe e a saída de Jânio Quadros, no dia 12 de abril de 1969, que foi criado pelos **MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR**, o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, (ANEXO I - INTEGRA) que dispõe sobre a inclusão da Educação moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todo o país no período da Ditadura Militar Brasileira.

Tal disciplina que “fragmentaram” tantas outras (história, geografia, filosofia) tinha como objetivo formar um exemplo de “bom cidadão”, resgatando seu espírito nacionalista/patriotista colocando sempre o bem estar, o bom andamento e a ordem do país acima de qualquer desejo.

Outros pontos trabalhados nessa disciplina como democracia, trabalho, dignidade, liberdade, fé cristã, tinha como objetivo também em auxiliar a produção e formação de um "homem trabalhador, de boas morais, educado e acima de tudo, preocupado com em obedecer a contribuir para a manutenção de uma pátria para todos."

Para Selva Fonseca Guimarães,

"Essa disciplina tem como objetivo explícita e implícito de difundir valores, idéias e conceitos vinculados a ideologia do regime militar instaurado no Brasil, a partir do Golpe Militar de 1964" (FONSECA).



2009, p19).

Percebe-se logo<sup>3</sup> no início do decreto que as primeiras palavras de referencia a essa disciplina são exatamente ligadas à ideologia de poder, tais como: pátria, nação, pode, e ordem. Pode-se confirmar isso através do próprio texto do decreto, onde fica regido que:

**Art. 2º** A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
  - b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
  - c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
  - d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua historia;
  - e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
  - f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
  - g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
  - h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (BRASIL. 1961. p.01)
-

## 1.1 - DISCUSSÃO MORAL E CIVICA NA PRODUÇÃO DE RECURSOS DIDATICOS.

Podemos confirmar isso através da análise de livros didáticos de "Educação Moral e Cívica" e/ou daqueles que possuíam fragmentos relacionadas a tal disciplina.

Analisar um livro didático, não é somente abri-lo, lei e entende-lo de forma alienada. Deve-se compreender o contexto histórico em que foi produzido, qual seu objetivo e qual maneira deverá possivelmente ser recebido e com prendido pelo leitor.

Nos livros analisados podemos constatar, quase em todos os casos, a presença de palavras de ordem relacionados ao regime militar, tais como: ordem, patriotismo, pátria, nacionalismo, nacional, dentre outros, que expressam os ideais dos projetos do governo militar.

Um dos objetivos da maioria dos livros analisados é deixar saber que em momento algum nenhuma disciplina está sendo "esquecida", sendo todas abrangidas pela disciplina de moral e cívica. Podemos perceber isso no livro "Enciclopédia Ilustrada para o Ensino Fundamental", onde sobre a EMC está assim escrita: *"A Educação moral e Cívica é uma disciplina cujo conteúdo faz parte de muitas disciplinas, a saber, como: História, Geografia, Sociologia, Antropologia e principalmente a Filosofia"*(DUARTE. 1976. p.13)

Outra análise que podemos fazer de tal disciplina é a da idéia de que para o governo e sua junta educacional envolvida, a disciplina serviria para uma reflexão critica, formando o educando para enxergar um mundo de maneira autocrítica, contribuindo para a melhoria do pais em vários aspectos. Percebe-se a idéia quando no livro no diz: *"A Educação Moral e Cívica usa a reflexão critica através do exame dos comportamentos, das atividades humanas, fatos históricos e acontecimentos. E refletindo sobre eles, vai tentando ajudar você a escolher o seu caminho na vida."* (DUARTE. 1976.p.10)

O ensinar história tem o objetivo de fornecer ao aluno condições para participar ativamente do processo de ensino e formação social. Até a metade do século passado a idéia de memorização e algo relacionado à idéia de "repetição" era comum para os

parâmetros educacionais do momento.

Como o próprio período militar não propiciava "autonomia" ao professor e tinha todo o processo educacional sobre seu comando, o professor ficava a mercê das projeções do governo, não podendo assim, praticar as idéias que o ensino de história proporciona que são:

"fornecer condições para que o aluno possa participar do processo de fazer história, principalmente pela valorização da diversidade de pontos de vistas, reconhecendo aspectos como formação histórica e política." (FONSECA,2009, p.09)

Os militares possuíam idéias de "desqualificar" os professores, freando conseqüentemente, os vários caminhos e possibilidades que ele tende a seguir.

Um exemplo dessa idéia que podemos citar são as alterações quanto às licenciaturas curtas, cujo professor saía já da universidade "limitado", não podendo assim desempenhar o seu principal papel, o de "mediador" de opiniões. Quanto a essa idéia, Selva tem uma opinião bastante contundente:

“Para a realização de um projeto educacional, um dos elementos mais importantes do processo é o professor. Este supostamente domina o saber, e a educação realiza-se através do seu trabalho no nível do planejamento e execução do processo de ensino, sendo investido de autoridade institucional. Evidentemente, os princípios de segurança nacional e desenvolvimento econômico norteadores da nova política educacional chocam-se com o princípio de autonomia do professor e o Estado passa a investir deliberadamente no processo de desqualificação dos profissionais da educação” (FONSECA. 2009. p.19)

Ainda sobre o papel do professor nesse momento, Bianca Zuccki, defende a idéia de que a limitação da sua área de conhecimento, leva a falta de legitimidade provocando assim uma "desmoralização" sobre seu trabalho desempenhado. Para a autora, ela nos afirma que : "O professor é dotado aos "saberes do senso comum" e de dar início a um processo de construção de saberes, perguntar, sistematização de informação e construção de respostas

adequada para a História. (ZUCCKI. 2010. p.14).

Contudo devemos nos atentar a isso e relacionado ao momento histórico do poder militar. Já percebemos que o professor não tinha essa autoridade em poder questionar ou argumentar determinados assuntos, e devido a isso devemos afirmar que de fato "o professor não possuía um papel de desempenha o senso critico", ficando fragmentado e perdido seus saberes.

Antes da obrigatoriedade da EMC, os professores não precisavam de uma formação específica, contudo percebendo a necessidade de uma maior preparação ,criou-se , como já dito, o curso superior de Ciências Sociais, que buscava formar professores especializados em transmitir o ensinamento adequadamente. Esse curso tinha como próprio nome "guiar" os alunos a terem uma maior sociabilidade ou aguçando-as para o bem estar social.

No livro didático "Enciclopédia de Estudos Sociais", pode-se notar a falta dessa autonomia na sala de aula que tanto falamos, logo ao abrir o livro temos orientações a serem seguidas no dia a dia, ou seja, indicações de como as aulas deve ser ministrados, na maioria das vezes: 1º **objeto de aula**, tratando o que deve ser ensinado naquele dia; 2º **Conteúdo** e a forma a ser ministrada, simplificando, a metodologia a ser utilizada; 3º **estratégias**, a saber como deve ser "repassada" para os alunos aquele conteúdo e 4º **Avaliação**, que define o o meio de como avaliar os alunos. Essa afirmação pode ser exemplificada nos próprios dizeres do livro didático. "A professora dialogará ; A professora discutirá ; A professora utilizará."(DUARTE. 1976. p.26)

Então a partir disso pode comprovar a obrigatoriedade, o excesso de poder sobre o professor, e a falta de liberdade por decidir seus meios de ensino. Seria nos dizeres mais populares de hoje o mesmo que: "o Governo mastiga, o professor engole e o aluno digere", sem poder questionar o certo ou errado.

Sobre isso a historiadora Selva Guimarães Fonseca, critica tal idéia e nos fala que esse processo retira a autonomia do professor, o que torna o ensino mecanizado e : *"cristalizando idéias e valores como verdade absolutas dificultando o desenvolvimento da criatividade do aluno"* (FONSECA. 2009, p.43)

Relacionado ao fato da disciplina EMC, Selva afirmava também que:

"os fatos políticos, as datas cívicas e os nomes de heróis foram durante anos os conteúdos mais transmitidos e deviam memorizados de forma mecânica pelos alunos. O papel do professor limita-se ao mero reprodutor de conteúdos, e os alunos de expectador." (Fonseca, 2009, P.21)

Para Selva, o ensino de história tem um papel mais complexo. Ela nos afirmar que:

"Ao ensino de história cabe ao papel educativo, formativo, cultural e político. A relação com a construção da cidadania perpassa os diferentes contextos políticos da historia educacional brasileira. [...]O ensino de história deve contribuir para o processo de reconhecimento e valorização da heterogeneidade, da distinção das particularidades, da cidadania, da política e da convivência social e ética." (Fonseca, 2009, P.21)

Outro aspecto que nos chamou a atenção em análises nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, foi o fato em quase todas as discussões, quando o objetivo era explicitado, a idéia dos escritores eram ensinar aos alunos que existia uma "verdade única e absoluta., o que nós historiadores, criticamos, pois sabemos que nunca há uma "única verdade absoluta" e sim várias analises sobre determinado fato. Pode-se perceber isso exemplificar na passagem do livro "Enciclopédia Ilustrada para o Ensino fundamental", onde:"*O objeto de estudo da Educação Moral e Cívica consiste em conhecer a verdade das coisas*" (DUARTE. 1976. p.13)

O ensino de Educação Moral e Cívica não foi somente algo ensinado e absorvido em sala de aula , e sim uma versão "pré-analisada" em estimular a população de forma geral, a "pensar" em determinados conceitos, dentro eles o de civilidade e moral.

Carlos Fico nos faz considerações sobre tais "pré-análises" citadas anteriormente. Fica evidente, quando ele nos fala que: "*A Educação Moral e Cívica] disciplina cujo ensino obrigatória foi estabelecido em 1969, é um dos poucos raros campos que é possível perceber algum tipo de recepção da propaganda dos militares sobre a população*". (FICO,2014, p.28)

Outro autor que também questiona a influencia da Educação Moral e Cívica no cotidiano do brasileiro naquele momento, é Luís Fernando Cerri. O mesmo acredita que a Educação Moral e Cívica, desempenha um papel, na visão dos militares, de “reascender” o sentimento patriótico, contribuindo para a formação cívica do cidadão, mas de modo passivo, ou seja, que ele cresça sabendo de suas responsabilidades perante seu país, tendo convicções corretas, mas acatando o que o poder decidisse o que seria melhor para todos.

Um dos aspectos vidente no ensino de Educação Moral era a idéia de estabelecer padrões a serem seguidos por toda a população, mesmo aquelas que não estavam em âmbito escolar. Essa normatização de padrões, servia para que os militares tivessem controle sobre as ações dos cidadãos, contribuindo para a falta de sensibilidade e de crítica sobre o tempo histórico.

Devido a essa normatização, outra questão a ser considerada sobre o livro didático e o momento a ser vivido, pode questionar a forma que o governo se dirige ao aluno. Sempre com palavras amáveis, gentis e cultas, a intenção que se passa é que por meio do livro, os responsáveis pela educação sempre tentam colocar, que estão sempre preocupados em manter o bem estar social e plural, não transparecendo o verdadeiro objetivo da disciplina e da escola, e menos ainda demonstrando o caos e as turbulências que o país enfrentava. A composição escola e governo teria como objetivo "robotizar" o país por meio da educação, ou a falta dela.

Além disso, a partir do livro podemos perceber o quanto o governo era autoritário e inescrupuloso, quando se tratava em manter a "ordem" no país. O próprio livro possuía receitas de "como se portar a escola", como se portar na rua", "como se portar entre a família", como se portar em cerimoniais civis", dirigidas tanto para alunos quanto para professores. "nossos deveres como alunos."1) Obedecer horários. 2) Formar fila. 3) Realizar tarefas.

A partir de análises de livros e de debates a partir de discussões bibliográficas, chegamos a outro ponto a ser levantado. Não era somente no âmbito escolar que essa disciplina influenciava. De acordo com o governo o correto a ser seguido, era que os alunos tivessem o dever de "cumprir" regras no seu cotidiano, de forma a contribuir para o bom

funcionamento e o bem estar de todos.

Desde ações simples, como se portar no âmbito familiar, até o de como se portar em público. De alguma forma, eles estavam sempre atentos às atitudes dos alunos, prontos para ensiná-los a melhorar e contribuir com a nação.

Neste momento, nos questionamos, será que não existia nenhum órgão que defendia ou protegia os direitos e deveres do aluno dentro ou fora da escola? O recuo no tempo nos indica algo a respeito.

Criada em 1937, ainda no Estado Novo, tinha o objetivo de defender direitos dos alunos secundaristas (atualmente o Ensino Médio) e os universitários. Buscava combater os excessos do governo contra os estudantes de forma geral, defendendo-os de determinada ação provocada pelo governo.

Considerada um perigo para o governo, a UNE – União Nacional dos Estudantes, em meados da década de 1960 e 1970, foi vista como uma organização inimiga e que manipulavam os estudantes contra os governos, sendo associados a fascistas e comunistas.

Em meados de 1965, o MEC, órgão responsável pela educação no país, entendeu que a UNE deveria ser considerada um “órgão” ilegal, não aceitando nenhum tipo de interferência nas decisões envolvendo tais estudantes. Mesmo, na ilegalidade, a UNE, continuou desempenhando seu papel. Foram feitas, greves, manifestações onde a maioria de seus líderes eram caçados e torturados, para que assim, entendessem que tais idéias deveriam ser extintas.(UNE.2011.p.02). Mesmo ainda existindo, a UNE teve papel importante na ditadura militar, contudo, com tantas objeções não foi possível, fazer mais do que já tinham feito.

Outro aspecto que podemos perceber tanto nas pesquisas bibliográficas quanto na pesquisa de livros didáticos, a EMC, buscava também incorporar ensinamentos religiosos, para se aproximar mais tanto do aluno quanto das famílias, buscando a idéia de "valorizar a boa e conservadora família", o que na visão da junta governista e dos especialistas dessa disciplina, era uma forma de trazer a família para perto do governo sendo uma forma de manipulação facilitada e imediata.

Com o passar do tempo, o governo militar começou a enfrentar turbulências da sociedade, pressões de grupos anti-governo, o que estabeleceu uma crise, devido a vários fatores, como a estagnação política durante longos 21 anos desde quando foi instaurado tal regime, a falta do livre-arbítrio de quase toda a população, manifestações da população, dentre elas a mais conhecida "Diretas Já!", que buscava a extinção do governo, para que todos pudessem ter o direito de eleger seus representantes, acarretou no fim do período militar, no ano de 1985.

E a Educação Moral e Cívica, como ficou a partir de então?

Como não atingiu seus objetivos almejados, o declínio dessa disciplina ocorreu devido as várias pressões de diferentes grupos, dentre eles civis e estudiosos, e questionando a sua real necessidade.

Mesmo sendo o papel do então conselho de Educação Moral e Cívica, de demonstrar sua importância no auxílio na formação de caráter do cidadão dentre outros pontos, não foi capaz de dar continuidade a tal idéia.

Após a queda do regime militar, o primeiro presidente a ser eleito de forma ainda indireta porém, aclamada pelo povo, foi Tancredo Neves onde não foi possível assumir, devido a uma morte ainda suspeita por muitos, o que provocou a posse de José Sarney, seu vice-presidente. (CPDOC. p.01)

José Sarney assumindo a presidência tinha o objetivo de reestruturar tudo aquilo que foi imposto pelo regime militar, dentre os vários pontos, reorganizar as proposta curriculares, reorganizar idéias, buscando democratizar vários setores.

No campo educacional, a Educação Moral e Cívica, conseguiu ainda sobreviver após a queda do regime militar, arrastando-se por mais 8 anos, por onde só foi oficialmente extinta em 07 de outubro de 1993, quando o presidente da republica Itamar Franco, assinou o decreto, atribuindo a exclusão de fortes resquícios do militarismo no programa curricular, não sendo harmônico com o período democrático a ser construído após tanto anos de ditadura. Vale lembrar que também foi extinta da grade curricular, a disciplina também criada em meados da década de 1970, a OSPB, no dia 14 de junho de 1993 pela lei



nº8.863.(BRASIL, 1961. p.03)

Nesse capítulo discutimos como ocorreu a disputa de ideais empreendidas pelos militares.

A partir de análises e pesquisas, foi possível perceber que alguns resquícios são presentes ainda no ensino de história, porém devemos nos atentar a legitimidade de tais fragmentos e quanto a sua metodologia a ser utilizada pelo professor de forma independente e livre.

Se tais disciplinas se perpetuassem até hoje, seriam úteis ao poder? Isso somente se saberá quando de fato, tivermos uma concepção crítica e reflexiva sobre sua importância ou não nas grades curriculares. Enquanto isso nos cabe analisar sua história, trajetória e sua importância tanto naquele momento tanto para os dias atuais.

## CAPITULO 2

### Memórias do Ensino de Moral e Cívica.

"Recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade".  
(THOMPSON, 2002, p.208)

Neste capítulo, tentamos compreender melhor as memórias daqueles envolvidos diretamente (professores, estudantes e civis fora do âmbito escolar) nesse processo que envolve o setor educacional e o regime militar.

Como já mencionado no trabalho, para nós historiadores não existe apenas uma "única e absoluta verdade", mas sim várias percepções do mesmo contexto, levando assim uma idéia ampliada o tempo ou acontecimento analisado.

Paul Thompson nos fala que a história oral tem como objetivo de nos apresentar conteúdos de transformação para a história. Para ele a história oral é viável devido ao fato desse método apresentar "versões sobre o processo histórico e seus embates."  
(THOMPSON. 1992, p.84)

Outro autor que defende a importância da história oral é Alessandro Portelli, Para ele a história oral permite relembrar fatos de modo objetivo/individual ou coletivo possibilitando compreender tais conhecimentos. Ele nos afirma que:

"é importante que tenham em mente que não estarão lidando simplesmente com fontes orais e sim com pessoas dispostas a rememorar fatos de suas vidas. Devem atentar ao fato de estarem dando "voz" a sujeitos históricos e contribuindo, de alguma maneira, para que sejam ouvidos por outros grupos e comunidades" (PORTELLI, 1997, p.32-33)

Adriana Aparecida de Sousa, professora formada pela UEMG- Universidade Estadual de Minas Gerais, é um exemplo vivo de como era "estudar" naquela conjuntura. Ela foi estudante na Escola Municipal de 1º e 2º Graus Machado de Assis durante o período militar e teve como disciplina obrigatória a EMC. Após isso, formada em Estudos

Sociais (licenciatura curta) teve necessidade de voltar a faculdade depois de anos, para complementar seu curso universitário para poder se enquadrar nos parâmetros estabelecidos, sendo então habilitada em História (licenciatura plena).

Sobre o período militar ela nos revela que:

" Naquela época, eu nem sabia que o país estava vivendo uma ditadura, até porque como eu vivia em uma cidade do interior, na escola não era passado para nós e nem para nossos pais o que estava acontecendo. Eu só fui ter noção disso depois de grande, até porque os movimento, manifestações, greves, passeatas, prisões, torturas, perseguições, eram mais presentes nas capitais ou cidades maiores. Eu me lembro do meu pai escutar rádio, e de ele me contar que o maior medo dele era que o país poderia estar entrando em uma guerra. Guerra mesmo, confronto, mortes e outras coisas. Mas tínhamos isso porque, além de meus pais, eu e meus irmão, não termos consciência do que estava acontecendo, todos os meios de comunicação eram controlados pelo próprio governo. Quando nos era passado algo, era sempre dando idéia de que estava tudo sobre controle e o país estava progredindo. Como eu era do interior, eu achava que a guerra que meu pai dizia estava longe de mim. Eu ia para escola, fazia minhas obrigações, mas no fundo, sem saber, eu tinha a impressão que tinha algo errado." (SOUSA, 2015)

Já sobre a disciplina moral e cívica ela nos conta que:

" Nós cantávamos o Hino nacional todos os dias. A diretora enquanto ela não nos visse todos enfileirados, em posição ereta e todos organizados, ela não começava o hino. E isso era todos os dias. Eu me lembro que as vezes era no sol de 12:30, um sol escaldante, e ela ficava parando umas 10 vezes, só pra ter absoluto

controle e ordem. A minha diretora dessa época, era um pesadelo. Todos tinham medo dela. Nada e nem ninguém ia contra ela.” Para você ter noção, os alunos tinham uniforme para ser usado, se algum aluno não fosse com o uniforme, ele era barrado a entrar na escola. Sem contar que era humilhante as vistorias. Eu me lembro que tinha uma professora, que ela mandava nós copiarmos o hino nacional no mínimo umas 10 vezes, e eu ficava me perguntando.” Para que eu preciso copiar um hino 10 vezes, se eu já canto?”. As aulas não eram dinâmicas, a sala era um silêncio, só a professora falava, nenhum aluno perguntava nada, por além de ter medo da professora, tinha medo da diretora.” (SOUSA, 2015)

Adriana, além ser estudante ela também cursou Estudos Sociais. Sua inspiração foi sua irmã mais velha, também já formada no mesmo curso. Ela nos conta que naquela época, o curso de Estudos Sociais era visto para aqueles que tinham a mente aberta, que buscavam um mundo melhor. Mas não foi bem isso que ela se deparou na faculdade.

“Não aprendi nada na faculdade, só o que eles queriam que nós aprendêssemos. Eu tinha aula de política, geografia, tinha que saber constituição, e tudo ligado a política do Brasil. Quando cheguei na sala de aula, eu entrei em pânico. Eu me perguntava: o que eu fiz da minha faculdade esse tempo todo? Eu não sei de nada.” Foi com o tempo que eu fui aprendendo. A faculdade foi falha. A metodologia era falha, escassa e muito fragmentada e fragilizada. Mas o que iríamos fazer? O jeito era tentar de maneiras mínimas, contornar e aperfeiçoar por conta própria. Mas foi na faculdade de história, quando eu precisei complementar meu curso, que eu tive uma noção maior do que eu vivi naquela época. Só na faculdade que eu fui saber distinguir, que aquele período foi um tempo escuro, com tanta repressão. Porque só depois na segunda faculdade, depois do fim

ditadura que tudo passou a ser visto de forma escancarada, conversada e debatida entre nós estudantes e na sociedade.” (SOUSA, 2015)

Outra professora que nos relatou sua experiência foi Maria Perpetua de Souza, nascida, estudada e formada durante todo o período militar. Formada em Ciências Sociais, ela nos conta como era o dia a dia escolar como estudante do ensino básico:

"Lembro-me que a professora não deixava os alunos nem respirarem só de olhar par ao lado a bronca era feia. Não podíamos fazer perguntas, era tudo muito certo, cronometrado. Quando a gente entrava na escola, a diretora e a professora organizava a turma em fila indiana, tudo muito bonitinho e só depois do silêncio total e absoluto é que a gente cantava os hinos nacional, da bandeira, e o hino da nossa cidade. Isso tudo vestido como militarzinhos. Blusa branca com manga, saia rodada, meia até o joelho e sapatinho preto, e isso era todo santo dia. E ai se não a gente não fosse assim pra escola. A diretora chamava os pais na escola e o castigo era severo." (SOUZA, 2015)

Sobre a disciplina EMC ela relembra:

"Eu particularmente detestava a aula, porque a gente não tinha nenhum tipo de liberdade, nem pra tirar duvidas. Alguns dos meus colegas nem sabiam quem eram o governador do estado, mas sabia quem era o presidente da republica. Lembro que nos dias das aulas de EMC, a sala inteira tinha que ter decorado os hinos mais importantes do país, como hino da bandeira, hino nacional, e também hinos estaduais e municipais, como o hino do estado de MG e da cidade. A entrevistada reside em Ituiutaba, Pontal do Triangulo Mineiro.. A gente também tinha que saber as cores da bandeira, o que cada cor significava e se caso a gente não soubesse tínhamos que fazer cópias até aprendermos. A professora tomava

tudo isso, quase todos os dias." \*(SOUZA, 2015)

Sobre o acesso a situação política do país ela nos conta a falta de informação que deixavam todos perdidos, quanto o que estaria ocorrendo:

"Quase ninguém sabia o que estava acontecendo, porque como a família era muito pobre e não tinha rádio em casa, o jeito era ir pra janela do vizinho e escutar o rádio, mas quase nunca falava sobre a situação do país. Nós tínhamos acesso porque o patrão do meu pai, falava para ele que os militares estavam no governo, mas que isso era bom, porque o país tinha que ser organizado de novo. Essa era a ideia do povo daquela época. De que os militares eram os salvadores da pátria e que eles iam colocar ordem de novo no país. . (SOUZA, 2015)

Podemos compreender sua opinião, ligado ao fato de que a Maria Perpetua de Souza, estudou no auge da ditadura militar e igual a ela, muitos outros jovens não tinham acesso ao que de fato estava acontecendo no cenário político do Brasil. Essa ideia de estar "por fora" dos acontecimentos era muito comum, pois como a imprensa era controlada pelo governo e sofreu uma represália e censura pelo AI-5 - Ato Inconstitucional nº5, os cidadãos não tinham acesso a informação, e quando tinham era algo muito vago.

O AI-5 foi considerado um dos momentos mais negros da ditadura militar. Nesse ato assinado pelo General Costa e Silva, então presidente desse período, ficou estabelecidos normas que barravam a liberdade de vários campos sociais, além de políticos, proibindo movimentos estudantis, críticas ao governo seja pelo meio das artes, musicas, artigos de jornais, ou manifestações. A forte e extrema repressão marcaram esse período de torturas, assassinatos e desaparecimentos.(D'ARAUJO, 2012. p.2-3)

É perceptível quanto foi desgastante esse período militar, seja no âmbito escolar,

para alunos e professores, quanto para pessoas civis, que na visão do governo eram leigas da situação vivida.

A opinião do Magno Donizetti dos Santos, 60 anos, nascido em Diamantina, foi semelhante com a de Maria Perpétua. Ele nos relatou como os civis entendiam (ou não) o que estava acontecendo naquele momento no país. Nos conta também que por um lado na visão dele, o ensino de algumas práticas educativas foram bem vindas, como exemplo, a própria disciplina de Moral e Cívica. Para o mesmo, não foram só de coisas ruins que se viveu a ditadura, mas de acordo com eles, alguns pontos, mesmo que sejam mínimos, de ideias boas, mas com a execução ruim. Em seu relato fica visível sua opinião, quanto a metodologia daquela época.

"Eu era obrigado a chegar na escola, cantar o hino de todos os tipos e ainda fazer copia deles. Mas hoje em dia isso perdeu no tempo. Antigamente o amor a pátria era realmente verdadeiro, não só em época de copa do mundo ou de jogo da seleção. Era diferente de hoje. Hoje esses meninos não sabem nem cantar o hino do pais, quem dirá o hino do estado, saber o significado da bandeira. Apesar da ditadura ter acabado com o Brasil naquela época, sinto falta de algumas idéias boas naquela época. Até pra ser professor acho que era um pouco mais fácil no sentido de respeito. Antigamente a gente tinha medo de falar com o professor. Hoje os alunos quase batem neles".(SANTOS, 2015)

Contudo, observamos que entrevistar algumas pessoas que viveram essa época, algumas delas não demonstraram contrariedade a implantação da EMC. Isso porque para a maioria, essa disciplina serviu para ampliar os conhecimentos da sua própria nação, sendo contrarias hoje a metodologia utilizada nos dias atuais. A professora L.B.C.S<sup>4\*</sup>, professora de História defende a ideia que deveria sim, ter continuidade de tais ensinamentos.

“Meus alunos hoje não sabem data de nada. Dou aula em ensino

---

<sup>4</sup> A mesma não quis se identificar.

fundamental e ensino médio, e eles não sabem o significado de um 15 de novembro, de um 07 de setembro, e isso não é culpa minha, é culpa de um governo que não nos obriga a ensiná-los de forma correta, para que eles tenham acesso a essas informações.”  
\*(L.B.C.S, 2015)

Tal visão também é parecida com Vania Rodrigues, estudante do extinto ginásial, correspondente hoje ao ensino fundamental, que lembrou de forma saudosa, as aulas daquela época e defende a idéia de reintegração de tal disciplina nos moldes escolares de hoje.

"Nós antigamente tínhamos que saber tudo, datas, hinos, tudo que fosse relacionado a pátria. E hoje? Isso nem é ensinado nos dias de hoje. Tem criança que nem sabe cantar hino nacional e está quase entrando em uma faculdade. O povo hoje lembra de ser patriota só quando convém e é de interesse de se mostrar. Na minha humilde visão, eu acho que deveria ser obrigatório de novo, o ensino de Educação Moral e Cívica. Quem sabe as crianças e adolescentes de hoje, não dariam mais valor naquilo que se tem." (RODRIGUES, 2015)

Para Portelli, "o que é realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, ma também um processo ativo da criação de significados."(PORTELLI,1997,p.33).Podemos perceber isso, através do relato de B.C.S.C<sup>5</sup>, que nos contou o que significava para ela a implantação de EMC.

“ A E.M.C. significava o retrocesso da educação fazendo que nós fizéssemos parte desse momento até mesmo contra a nossa vontade.

---

<sup>5</sup> A mesma não quis se identificar.



Eu que era professora de história na época, filha de militar, tive que ser favorável a um governo que me dava asco, porque caso contrário eu perderia meu emprego. Depois tive que cursar estudos sociais para ensinar a disciplina, por que eles, eu era inapta. Não possuía conhecimento correto sobre a tal disciplina. Isso me envergonhava e me envergonha ainda. Eu formei robôs alienados que não teriam e com certeza não tem opinião própria até hoje.”  
\*(B.C.S.C, 2015)

Durante alguns relatos percebi certo desconforto em relembrar tais momentos. Isso como no caso da ex-diretora, A.L.B.S<sup>6</sup>, enquanto ela nos relatava alguns episódios, a mesma confirmou que nunca havia falado nada ninguém, pois como no caso da senhora B.C.S.C, ela se sentia envergonhada com que tinha feito naquele momento.

“Aqueles alunos que não obedeciam as regras da escola, eu não tinha nenhum tipo de dó em castigar, seja com palmatória, sem lanche na hora do intervalo, copiando a tarefa no meio do pátio no sol escaldante para servir de exemplo para os demais alunos. Eu não me envergonhava, hoje mais experiente, percebi o quanto fui má. Mas não era minha culpa. O sistema me obrigava a ser assim. Era uma ditadura em todas as esferas.” \* (A.L.B.S, 2015)

Essa negação em relembrar tais fatos vivenciados está ligado no que Pollack defende. Michael Pollack afirma que o silêncio é uma forma de não vivenciar novamente o que foi traumático de alguma maneira. Relembrar ao relatar isso, significa “reviver” novamente o fato ocorrido. “O longo silencio sobre o passado longe de conduzir ao

---

<sup>6</sup> A mesma não quis se identificar.

esquecimento , é a forma de resistência que uma sociedade ou indivíduo opõe ao excesso de discursos oficiais. (POLLACK, 1989, p.05).

Essas divergências nos fazem questionar sobre a importância da Educação Moral e Cívica .Afim, ela foi valida para o ensino naquele momento? Se sim, qual a importância dela?

O que podemos compreender, é que, em quase todos os relatos a situação imposta pelo governo militar naquele momento, era vista com maus olhos. Isso atualmente, pois como podemos perceber, naquele período, as pessoas não tinha acesso a informação e muito menos a noção em poder ou não questionar o que lhes eram imposto. Apenas viviam como acham que era o correto.

Independente do grau de instrução, ou local de nascimento ou atuação, foi perceptível que a critica contra o governo era presente. O que nos chama a atenção é que em alguns casos, certos entrevistados defendem a idéia da permanência de uma disciplina como a Educação Moral e Cívica ou até mesmo a volta dela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Como já dissemos, o período militar ficou marcado por ser abusivo, omissivo, torturador e autoritário, mas apesar de todo esse contexto, deve-se tirar alguns ensinamentos que poderiam ser resgatados, de forma ampla, crítica e democrática, como é o caso de alguns itens ensinados nessa disciplina, sendo implantados na grade curricular atualmente.

Alguns professores, defendem a idéia de que o ensino relacionado a política, e cidadania, e democracia, devem ser elaborados para serem integrados as grades curriculares. A questão é: “ quem seria o mais adequado a fazer isso? O professor? Um juristas?”

O fato é que seja lá quem for que ficasse a cargo dessa disciplina, deveria estudar minuciosamente a história do Brasil, para que não caísse em analogias e em caminhos tortuosos. Sabemos que devemos fazer um ensino para que os próprios alunos cheguem a suas conclusões, de forma que criem uma opinião crítica e auto-reflexiva. Talvez a idéia de demonstrar aos alunos a importância do que é ser patriota e de todos os símbolos que estão relacionados a esse sentimento, nos despertam um pouco de receio, mas será que não podemos e devemos, melhorar tal idéia? amadurecê-la? Não é direito de todo cidadão saber a história de seu país. Que assim seja então, mas de forma “imparcial” buscando o despertar do próprio aluno, o desejo de ter acesso ou não a tal conteúdo.

Seria interessante, que “sobreviventes” desse momento, fossem ouvidos e não calados por uma sociedade que ainda tem medo de reviver seus “monstros.” É mais fácil calar a voz, mas muito mais complicado em calar sentimentos que ficam ali anestesiados pela dor de ter vivido um fato traumático. Podemos perceber que nos vários relatos e conversas mesmo que fossem informais, a voz de alguns ao lembrar alguns fatos, ficavam embargadas de tanta emoção

Nas entrevistas, percebemos vários sentimentos carregados nos relatos desses professores, alunos e civis, de maneiras totalmente diferentes. Alguns de forma saudosa, outros com raiva, enfim, devemos tentar compreender cada relato, mas levando em consideração todo um contexto histórico que ocorreu naquele momento. Jamais devemos tirar conclusões de um relato por si só.

Em sua maioria fizeram uma relação entre o ensino daquela época dos dias atuais, mas devemos ter a noção de que mesmo fazendo essas relações, os momentos são extremos e distintos. Para uma educação mais justa seja naquele período ou no atual, devemos estabelecer objetivos, a serem seguidos, de forma a contribuir tanto para a formação do aluno quanto estudante e cidadão, quanto ao professor que está ali, não somente como “passador” de conhecimento e sim aquele que instrui a ser um cidadão reflexivo, objetivo e acima de tudo crítico.

Trabalhar com memórias e história oral requer certo cuidado, já que estamos lidando com histórias pessoais e únicas, o que faz os relatos estar impregnados de sentimentos, podendo de alguma maneira induzir o historiador a se solidarizar com o testemunho, colocando assim o trabalho desenvolvido em risco, já que na análise de um historiador tais relatos devem ser analisados de maneira imparcial e clara.

Para analisar de maneira correta, o historiador deve ter consigo, base teóricas, metodológicas e historiográficas para se embasar nos possíveis questionamentos a serem levantados.

Podemos concluir com tal trabalho que o Ensino de Moral e Cívica, foi de suma importância naquele momento para o tipo de ensino que se espera ter para o país, sendo atribuída ao ensinamento de vários conceitos, mas que despertaram em seus viventes, diversos sentimentos, podendo assim gerar várias opiniões sobre o mesmo conceito ou assunto. Trabalhar com o livro didático enquanto fonte de para esta pesquisa, nos possibilitou uma visão ampla e questionadora sobre o qual importante é o seu papel dentro e fora de sala de aula, nos levando a reflexões que talvez, não pudéssemos levantar sozinhos.

Ao relembrar tal momento histórico, podemos também concluir que essas

lembranças fazem parte de uma memória coletiva e individual ao mesmo tempo, nos levando a “imaginar” e a nos questionar sobre como esse fato influenciou em atitudes futuras, ou até mesmo no caráter de diversos indivíduos. Cabe ao papel do historiador sempre questionar, analisar, informar, sobre tudo aquilo que se ambienta em tal acontecimento para que possamos sempre, de maneira clara e objetiva, buscar e levantar questionamentos salutares para compreender o presente.

Entrevistas:

Adriana Aparecida de Sousa . Residência da mesma. Prata-MG. 10/2015.

Maria Perpetua de Souza. Escola Municipal Machado de Assis. Ituiutaba – MG. 08/2015

Magno Donizetti dos Santos. Residência do mesmo. Ituiutaba –MG. 09/2015

B.C.S.C – Residência da mesma. Prata-MG. 08/2015

A.L.B.S – Residência da mesma. Prata-MG. 08/2015

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL, **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnologia.** Parâmetros, curriculares nacionais: Ensino médio. Brasília, Ministério da Educação 1999.

BRASIL: **Constituição da República Federativa do Brasil 1891.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10869.htm). Acesso em: agosto. 2015.

BRODBECK, Marta de Souza Lima. **Vivenciando a história: metodologia do ensino de história.** Curitiba. Base Editorial. 2012.

FIGUEIRAS, Juliana Miranda **”O livro didático de Educação Moral e Cívica na ditadura de 1964. A construção de uma disciplina.** Disponível <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/302JulianaMirandaFilgueiras>. Acesso em: setembro.2015

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e Ensinar história.** Belo Horizonte. Dimensão. 2009.

GERMANO José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964.1985)**. 2ª Edição  
São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Regina Soares de. **Coleção a reflexao e a prática no ensino**. São Paulo. 2012.  
Blucher.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de  
Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro, FENELÓN, Déa Ribeiro. O que faz a história oral diferente.  
Projeto História. Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História ISSN  
2176-2767 14 (1997)

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1992

ZUCCHI, Bianca Barbagallo. **O ensino de história nos anos iniciais do ensino  
fundamental: teoria, conceitos e usos de fontes**. São Paulo. Edições SM.2012

**ANEXO 1:** Inclusão da Educação Moral e Cívica.

**DECRETO-LEI Nº 869, DE 12 DE SETEMBRO DE 1969.**

Revogado pela Lei nº 8.663, de 1993

Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.

**OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR**, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

**DECRETAM:**

Art. 1º É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País.

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à comunidade e à família, buscando-se o fortalecimento desta como núcleo natural e fundamental da sociedade, a preparação para o casamento e a preservação do vínculo que o constitui. [\(Redação dada pela Lei nº 6.660, de 1979\)](#)
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.



Parágrafo único. As bases filosóficas de que trata êste artigo, deverão motivar:

- a) a ação nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno;
- b) a prática educativa da moral é do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de tôdas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra-classe e orientação dos pais.

Art. 3º A Educação Moral e Cívica, com disciplina e prática, educativa, será ministrada com a apropriada adequação, em todos os graus e ramos de escolarização.

§ 1º Nos estabelecimentos de grau médio, além da Educação Moral e Cívica, deverá ser ministrado curso curricular de 'Organização Social e Política Brasileira.'

§ 2º No sistema de ensino superior, inclusive pós-graduado, a Educação Moral e Cívica será realizada, como complemento, sob a forma de Estudos de Problemas Brasileiros, sem prejuízo de outras atividade culturais visando ao mesmo objetivo.

Art. 4º Os currículos e programas básicos, para os diferentes cursos e áreas de ensino, com as respectivas metodologias, serão elaborados pelo Conselho Federal de Educação, com a colaboração do órgão de que trata o artigo 5º, e aprovados pelo Ministros da Educação e Cultura.

Art. 5º É criada, no Ministério da Educação e Cultura, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC).

§ 1º A CNMC será integrada por nove membros, nomeados pelo Presidente da República, por seis anos, dentre pessoas delicadas à causa da Educação Moral e Cívica.

§ 2º Aplica-se aos integrantes da CNMC o disposto nos §§ 2º, 3º, e 5º, do art. 8º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 6º Caberá, especialmente à CNMC:

- a) articular-se com as autoridades civis e militares, de todos os níveis de govêrno, para implantação e manutenção da doutrina de Educação Moral e Cívica, de acôrdo com os princípios estabelecidos no artigo 2º;
- b) colaborar com o Conselho Federal de Educação, na elaboração de currículos e programas de Educação Moral e Cívica;
- c) colaborar com as organizações sindicais de todos os graus, para o desenvolvimento e intensificação de suas atividades relacionadas com a Educação Moral e Cívica;
- d) influenciar e convocar a cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, das Instituições e dos órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas editôras, teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão; das

entidades esportivas e de recreação, das entidades de casses e dos órgãos profissionais; e das empresas gráficas e de publicidade;

e) assessorar o Ministro de Estado na aprovação dos livros didáticos, sob o ponto de vista de moral e civismo, e colaborar com os demais órgãos do Ministério da Educação e Cultura, na execução das providências e iniciativas que se fizerem necessárias, dentro do espírito deste Decreto-Lei.

Parágrafo único. As demais atribuições da CNMC, bem como os recursos e meios necessários, em pessoal e material, serão objeto da regulamentação deste Decreto-Lei.

Art. 7º A formação de professores e orientadores da disciplina „Educação Moral e Cívica,“ far-se-á em nível universitário, e para o ensino primário, nos cursos normais.

§ 1º Competirá ao Conselho Federal e aos Conselhos Estaduais de Educação, adotar as medidas necessárias à formação de que trata este artigo.

§ 2º Aos Centros Regionais de Pós-Graduação incumbirá o preparo de professores dessa área, em cursos de mestrado.

§ 3º Enquanto não houver, em número bastante, professores e orientadores de Educação Moral e Cívica, a habilitação de candidatos será feita por meio de exame de suficiência, na forma da legislação em vigor.

§ 4º No ensino primário, a disciplina „Educação Moral e Cívica,“ será ministrada pelos professores, cumulativamente com as funções próprias.

§ 5º O aproveitamento de professores e orientadores na forma do § 3º, será feito sempre a título precário, devendo a respectiva remuneração subordinar-se, nos estabelecimentos oficiais de ensino, ao regime previsto no artigo 111 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

§ 6º Até que o estabelecimento de ensino disponha de professor ou orientador, regularmente formado ou habilitado em exame de suficiência, o seu diretor avocará o ensino da Educação Moral e Cívica, a qual, sob nenhum pretexto, poderá deixar de ser ministrada na forma prevista.

Art. 8º É criada a Cruz do Mérito da Educação Moral e Cívica a ser conferida pelo Ministro da Educação e Cultura, mediante proposta da CNMC, a personalidades que se salientarem, em esforços e em dedicação à causa da Educação Moral e Cívica.

Parágrafo único. A CNMC proporá ao Ministro da Educação e Cultura as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 9º A CNMC elaborará projeto de regulamentação do presente Decreto-lei, a ser encaminhada ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Educação e Cultura, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação deste Decreto-lei.

Art. 10. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**ANEXO 2:** SITUAÇÃO ATUAL referente ao ANEXO 1

Brasília, 12 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD  
AURÉLIO DE LYRA TAVARES  
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO  
Tarso Dutra

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 15.9.1969

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1989\\_1994/L8663.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1989_1994/L8663.htm#art1)

**LEI Nº 8.663, DE 14 DE JUNHO DE 1993.**

Revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É revogado o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País e dá outras providências.

Art. 2º A carga horária destinada às disciplinas de Educação Moral e Cívica, de Organização Social e Política do Brasil e Estudos dos Problemas Brasileiros, nos currículos do ensino fundamental, médio e superior, bem como seu objetivo formador de cidadania e de conhecimento da realidade brasileira, deverão ser incorporados sob critério das instituições de ensino e do sistema de ensino respectivo às disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de junho de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO  
*Murílio de Avellar Hingel*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 15.6.1993

**ANEXO 3**

SITUAÇÃO ATUAL CADASTRADA:

DEL 869/1969 (DECRETO-LEI) 12/09/1969 00:00:00

Ementa: DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA COMO DISCIPLINA OBRIGATÓRIA, NAS ESCOLAS DE TODOS OS GRAUS E MODALIDADES, DOS SISTEMAS DE ENSINO NO PAÍS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Situação: REVOGADO

Chefe de Governo: JUNTA MILITAR

Origem: EXECUTIVO

Fonte: DOFC 15 09 1969 007769 4

Link: [texto integral](#)

Referenda: MEC; MINISTERIO DAS COMUNICACOES

Alteração: [LEI 6.660](#), DE 21/06/1979: ALTERA ALINEA "E" DO ART. 2.

REVOGADO PELA [LEI 8.663](#), DE 14/06/1993

Correlação: [DEC 68.065](#), DE 14/01/1971: